



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

“VOU COLOCAR MEU FILHO NA CRECHE PORQUE PRECISO TRABALHAR”: a historicidade da creche e os seus reflexos em tempos de capitalismo ultraneoliberal na cidade de Niterói

"I'M GOING TO PUT MY CHILD IN DAYCARE BECAUSE I NEED TO WORK": the historicity of daycare and its impact in times of ultraneoliberal capitalism in the city of Niterói

Adriana Ramos¹

Juan Carlos Siqueira Cardoso²

EIXO 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo discutir, a partir de revisão bibliográfica adicionada dos elementos conjunturais da realidade socioeconômica, a compreensão histórica da creche e o que se pleiteia para a sua manutenção e qualidade no território do município de Niterói, Rio de Janeiro. A conjuntura sócio-histórica brasileira e num contexto global é de incorporação das mulheres no mercado de trabalho, mas também a criação de mecanismos, que serão conservadores e progressistas a cada mudança societária, para seus filhos

2. DESENVOLVIMENTO

Ao considerarmos o Brasil e as suas particularidades enquanto um país forjado por uma formação social que dialoga diretamente com as práticas racistas, misóginas e demais conjuntos de exploração para germinar o que hoje podemos nomear de capitalismo dependente em face do

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Associada do curso de graduação e Pós-Graduação de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF), líder pelo CNPq do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) coordenadora do projeto “Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional”. E-mail: adriana.amos.4791@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1988717802364396>

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Bolsista de Iniciação Científica do CNPq no Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) orientado pela Profa. Dra. Adriana Ramos no projeto Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional. E-mail: juansiqueira5678@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1620887387386379>



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

capitalismo central constituído nos países centrais, ao norte do globo, necessitamos reorientar a nossa lente investigativa a partir do materialismo histórico-dialético e a tradição marxista para conceber quais elementos ditam as bases que caracterizam este território.

É nesse sentido que ao pensarmos no processo de colonização nota-se a efetiva participação de pessoas escravizadas, em suas diversas etnias e povos trazidos de outros países, e principalmente o papel feminino. Esse momento histórico reflete não somente na utilização da força de trabalho escrava como pilar primordial para as estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas deste país, sendo esses trabalhadores escravizados compreendidos, (ou seja), enquanto mão de obra pois eram necessários, todavia sua circulação nos espaços públicos e sua participação na tomada de poder era inexistente.

Pós-abolição da escravatura, o Brasil desenha um claro perfil de classe trabalhadora que ocupa majoritariamente os centros urbanos, principalmente no processo de industrialização tendo o seu maior acentuamento a partir dos anos 1930 com as raízes fincadas no desenvolvimento urbano e a modernização do país. Essa conjuntura propiciou a emergência de uma nova problemática para o Estado: as crianças. A relação da maternidade em tempos fabris não somente se tornou uma questão, mas uma ruptura com a família nuclear burguesa, “o que levou a soluções emergenciais criadas pelas próprias mães em seus núcleos familiares ou as oferecidas por outras mulheres que se propunham a cuidar dos filhos das operárias em troca de dinheiro” (de Oliveira, 1998, p. 45).

É nesse horizonte que o movimento de reivindicações pela classe trabalhadora, principalmente pelas mulheres, fortifica a necessidade da atuação do Estado em sua face intervencionista para o cuidado com as crianças. Sob essa óptica, apesar da sua função primária, é criada na década de 1940, pela então primeira-dama, Darcy Vargas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Ao passar dos anos, a LBA prestou diversos tipos de serviços para a população, desde o atendimento às mulheres a criação e administração de creches, utilizando-se de trabalho voluntário, principalmente os das mulheres, o que incentivou, necessariamente, a ampliação de Escolas de Serviço Social, para formação de quadros profissionais que atuassem neste espaços.

Ao mesmo tempo que se tornou possível a discussão e problematização de espaços de formação e convivência das crianças, décadas depois, com o neoliberalismo ganhando espaço no pleito popular, o arranjo crítico vai se desfazendo e novas políticas de caráter focalista e fragmentadas vão ocupando espaço. Nesse contexto, os atravessamentos da própria crise do sistema capitalista vai



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

acentuando a relação desigual de classe, sendo em sua maior expressão, entre as mulheres, principalmente as pobres, pretas e faveladas.

Contraditoriamente, a cidade de Niterói, por exemplo, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.837%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) o que a coloca acima até mesmo da capital do estado, Rio de Janeiro. E apesar do seu próprio lema “Niterói sempre à frente”, há algumas questões que precisam ser pontuadas, especialmente no campo da educação infantil.

Desde o ano de 2022, pela avaliação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o município já não apresentava vagas o suficiente para comportar o número de crianças nas creches. Ainda naquele ano, aproximadamente 2.000 crianças aguardavam vagas em creches, e para o ano seguinte, 2023, a estimativa era de 2.369 crianças aguardando. Visando garantir o direito das crianças, a própria Coordenadoria de Infância e Juventude (Coinfância) em parceria com o 6º Núcleo Regional de Tutela Coletiva da Defensoria pressionou o município para que desse uma resolução para tal situação, sendo a alternativa o custeamento da matrícula em creches privadas. Em contrapartida, isso sequer considera as particularidades dessas crianças.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar a temporalidade da história do país, que com muita dificuldade conseguiu avançar em assuntos essenciais, desde a garantia de direito para a população pauperizada à concepção da infância. Mas isso também demonstra que não há uma garantia definitiva, pois todo o processo de luta e de ganho conduz a um processo de perda, isto é, um passo para frente e três para trás. O avanço de pautas conservadoras, o desmonte das políticas públicas, a precarização da vida e a expressão da face ultraneoliberal do sistema capitalista corroem todo esse progresso aqui feito.

4. REFERÊNCIAS

LEAL, Jéssica. Niterói tem 5 meses para matricular todas as crianças em creches. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/29644-Niteroi-tem-5-meses-para-matricular-todas-as-criancas-em-creches>

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Rev. Fac. Educ.* [online]. 1988, vol.14, n.1, pp.43-52. ISSN 0102-2555.